

DEUS GOVERNA NOS CÉUS E NA TERRA: UMA ANÁLISE DO SALMO 82 COMO PANO DE FUNDO DE MT 18.20

OTONIEL BARBOSA DE FARIA*

Seminário Teológico Jonathan Edwards, Mestrado em Estudos Bíblicos e Teológicos do NT., Caruaru, PE, Brasil.

Recebido em: 26 jul. 2024. Aprovado em: 30 out. 2024.

Como citar este artigo: DE FARIA, O. B. Deus governa nos Céus e na Terra: uma análise do Salmo 82 como pano de fundo de Mt 18.20. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 24, n. 3, p. 36-54, set./dez. 2024. DOI: 10.5935/cadernosletras.v24n3p36-54

Resumo

O objetivo do artigo é mostrar que Mateus 18.20 pode ecoar o Salmo 82. Para isso, definiremos o que é um eco, analisaremos os contextos dos textos (Sl 82 e Mt 18), verificaremos critérios de validação de um eco e, por fim, destacaremos as implicações dessa relação intertextual. As conclusões sugerem que o eco de Sl 82 em Mt 18.20 amplia a compreensão da igreja como manifestação da presença de Deus. Este estudo contribui para a pesquisa literária sobre relações intertextuais na Bíblia e para a teologia bíblica.

* E-mail: bf.otoniel@icloud.com
 <https://orcid.org/0009-0000-2176-9861>

Palavras-chave

Eco. Assembleia divina. Intertextualidade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

É impossível pensarmos em interpretar o Novo Testamento (NT) isolando-o do Antigo Testamento (AT), “[...] o cânone da Escritura é uma interpretação mútua ou coleção dialógica de textos” (Moyse, 2011, p. 24, tradução nossa). Portanto, devemos entender que o Novo Testamento demonstra uma intertextualidade profunda e uma dependência significativa do Antigo, refletindo uma continuidade teológica e literária entre os textos sagrados. Conforme Moyse (2011, p. 23, tradução nossa) afirma:

Nenhum texto é uma ilha e, ao contrário da teoria estruturalista, não pode ser entendido em isolamento. Só pode ser entendido como parte de uma teia ou matriz de outros textos, eles mesmos apenas para serem entendidos à luz de outros materiais. Cada novo texto perturba o tecido dos textos existentes à medida que se empresta por um lugar no cânone da literatura. A intertextualidade sugere que o significado de um texto não é fixo, mas aberto à revisão à medida que novos textos aparecem e o reposicionam.

Com isso concordamos quando Moyse (2011, p. 32, tradução nossa) afirma que os autores do Novo Testamento “[...] podem ter tido um único propósito para citar uma citação bíblica, mas os efeitos de fazê-lo não estão mais sob seu controle. Cada citação é uma ponte para outro texto, mas o que atravessa não se limita às intenções do autor”. Ou seja, o uso que o Novo Testamento faz do AT cria relações intertextuais possibilitando a abertura para novos significados, ainda que o autor não tenha pretendido. A relação entre os textos faz com que o leitor veja similaridades, conexões ou verdades que talvez o próprio autor não tenha pretendido.

Tendo em mente que o Novo Testamento tem uma relação intertextual com o Antigo Testamento e essas relações de dependência possibilitam a abertura para significados, podemos afirmar que o objetivo do artigo é demonstrar a possível alusão (ou eco, ou relação intertextual) do Salmo 82 em Mateus 18.20. Carson (2010, p. 472) já afirmou que “Mateus 18.20 é um truísmo da revelação bíblica que a presença de Deus permaneça com os juízes de seu povo

(Sl 82.1)”, portanto, já foi observado por outro exegeta que há uma verdade do Salmo 82 em Mateus 18.20.

A pergunta central deste trabalho é dupla: (1) Existe uma relação intertextual entre Mateus 18.20 e o Salmo 82? (2) Se Mateus utiliza o Salmo 82, quais são as implicações para nossa interpretação? Para responder, vamos definir alusão e eco, analisar a dependência textual, estudar o Salmo 82 e Mateus 18.20 em seus contextos históricos e literários, e, por fim, considerar as implicações de nossas descobertas.

DEFININDO A RELAÇÃO ENTRE OS TEXTOS

Os textos se relacionam entre si, formando vinculações intertextuais. Moyse (2011) aponta que a intertextualidade é uma teoria sobre a produção de significado, com Julia Kristeva frequentemente creditada por introduzir o termo em 1969. Com base em Bakhtin, Kristeva sugeriu uma relação dialógica entre “textos”, vistos como um sistema de códigos. Ela se afastou das noções tradicionais de agência, propondo que essas relações são mais como uma “interseção de superfícies textuais” do que um ponto fixo de significado.

Quando um autor cita explicitamente uma passagem do Antigo Testamento, a dependência do texto é evidente. No entanto, existem outras formas de relação intertextual, como a alusão e o eco, que também evidenciam essa dependência entre os testamentos. Beale (2013, p. 55) afirma que se pode definir “alusão” como uma expressão breve deliberadamente pretendida pelo autor para ser dependente de uma passagem do AT. Beetham (2023, p. 691) afirma que quando a referência é um eco literário, o texto se origina de um material específico que o autor leu no passado. Em teoria, o eco é “identificável”, uma vez que sua redação deriva de um texto anterior que o autor leu ou conhece. Beetham (2023, p. 691, tradução nossa) também afirma que um autor normalmente gera ecos em um texto porque sua mente está saturada com o(s) texto(s) fonte(s). Para os autores do NT, as Escrituras de Israel, o AT, constituíam um cânone sagrado.

Beale (2013, p. 56) discorda de Beetham e não difere eco e alusão. Para ele,

Por vários motivos, essa distinção pode se revelar de pouca utilidade. Primeiro, alguns estudiosos usam os dois termos quase como se fossem sinônimos. Em

segundo lugar, os que fazem uma distinção qualitativa nítida entre os termos acham que o eco contém menos volume do AT ou menos coerência vocabular com ele do que a alusão. Portanto, o eco é apenas uma referência sutil ao AT não tão clara quanto a alusão. Outra forma de dizer isso é que o eco é uma alusão possivelmente dependente de um texto veterotestamentário, não de uma referência provável ou claramente dependente.

Neste artigo, utilizaremos o termo eco como diferente de alusão. Para fins de clareza, é melhor falar em eco como alusão menos nítida. Portanto, podemos afirmar que nosso artigo visa apresentar que em Mateus 18.20 temos um eco do Salmo 82, o que para Beale é uma alusão menos nítida.

IDENTIFICANDO UM ECO

Beetham (2008) argumenta que a busca por um eco ou uma alusão é tanto uma arte quanto uma ciência, e que, mesmo com métodos rigorosos, a percepção sutil dos textos pode variar. Ele ressalta que, embora seja necessário cuidado ao identificar ecos, é válido apresentar as interpretações que surgem da análise do texto.

Além disso, os critérios para identificar ecos fornecem orientações para demonstrar as nuances percebidas na leitura de uma passagem. Beetham e Beale contribuem para definir esses critérios, sendo que Beale usa uma abordagem similar à de identificação de alusões para encontrar ecos. Segundo Beale (2013), identificar uma alusão envolve procurar parênteses únicos na redação, sintaxe e conceito, e essa abordagem pode ser útil também para identificar ecos, com a interpretação variando em grau de certeza.

Beetham (2023) afirma que para se identificar um eco não é necessário determinar uma intenção autoral, tendo em vista que é algo sutil na linguagem do texto. Beetham (2023, p. 691) também afirma que nenhum *link* interpretativo é essencial, “[...] ao contrário da alusão, um eco pode ser entendido independentemente do significado original do texto ecoado. Um leitor pode ignorar a presença de um eco, mas ainda assim entender o significado do autor”.

A partir disso, seguiremos alguns critérios de Hays, Stefan e Leroy (2011) que são apresentados por Beale (2013). Os critérios são: disponibilidade, volume, recorrência e coerência temática. À medida que formos analisando, mais à frente iremos explicar cada critério. Como estamos em busca de um eco, e não

de uma alusão, não utilizaremos os sete critérios de Hays, Stefan e Leroy (2011), pois conforme Beale (2013, p. 58):

Os últimos três critérios ('plausibilidade histórica', 'história da interpretação' e 'satisfação') são guias menos confiáveis para confirmar alusões. [...] O próprio Hays reconhece que alguns critérios ('história da interpretação' e 'satisfação') não constituem padrões de avaliação muito sólidos.

ANALISANDO O SALMO 82

Deus assiste na congregação divina; no meio dos deuses, estabelece o seu julgamento. Até quando julgareis injustamente e tomareis partido pela causa dos ímpios? Fazei justiça ao fraco e ao órfão, procedei retamente para com o aflito e o desamparado. Socorrei o fraco e o necessitado; tirai-os das mãos dos ímpios. Eles nada sabem, nem entendem; vagueiam em trevas; vacilam todos os fundamentos da terra. Eu disse: sois deuses, sois todos filhos do Altíssimo. Todavia, como homens, morrereis e, como qualquer dos príncipes, haveis de sucumbir. Levanta-te, ó Deus, julga a terra, pois a ti compete a herança de todas as nações (Salmos 82:1-8).

Esse Salmo gera debates sobre a assembleia dos deuses e a identidade dos deuses mencionados. Para compreendê-los, é crucial entender essa assembleia, e, embora não apresentemos todas as possibilidades, seguiremos a interpretação mais aceita academicamente: a influência das assembleias divinas do antigo Oriente Próximo sobre o Salmo. Patrick Miller (2000) entende que no antigo Oriente Próximo, o cosmos era visto como governado por uma assembleia de deuses que tomavam decisões coletivas sobre o mundo. Entre as manifestações dessa assembleia, destaca-se o épico babilônico da Criação, Enuma Elish, familiar aos leitores do Antigo Testamento.

John Walton (2021, p. 76) também afirma que no “[...] mundo antigo, as principais decisões eram tomadas na comunidade dos deuses”. Para Walton (2021), Yahweh é a única autoridade soberana, e, conforme Is 40.14, não precisa tomar conselho com ninguém. “Mas o conselho não desapareceu completamente. Ele já não é composto de deuses, e delega-se a seus membros as tarefas de executar as decisões do concílio” (Walton, 2021, p. 78-79). As passagens nas quais vemos mais claramente esse concílio/assembleia divina,

além do Salmo 82, são 1 Reis 22, Jó 1-2 e Isaías 6. Além disso, há passagens menos claras, como os plurais que aparecem em Gn 1-3, 11. Sobre os plurais, ainda que existam outras explicações, a que melhor satisfaz é entender que há de fato uma corte na qual Deus manifesta seu juízo. Conforme o comentário de Gênesis diz:

No antigo Oriente Próximo, a corte celestial era uma assembleia divina composta pelos principais deuses do panteão. Foi esse grupo que tomou decisões e decretou destinos. No Antigo Testamento, a corte celestial é composta de anjos ou, mais especificamente, dos “filhos de Deus” (Walton, 2011, p. 141, tradução nossa).

Alguns, segundo Walton (2011), opõem-se à ideia de um concílio, pois acreditam que denigra Deus sugerir que ele consulte anjos sobre tais assuntos (Is 40:14). Eles apontam, além disso, que é contrário ao ensinamento bíblico pensar nos anjos envolvidos na Criação ou nas pessoas que estão à imagem dos anjos. Walton (2011) faz uma observação cuidadosa e demonstra que essas objeções não podem ser sustentadas. Ele afirma que Deus não precisa consultar ou discutir com ninguém, mas pode escolher discutir com quem desejar (Gn 18:17–19). A inclusão da corte celestial na discussão não implica que os anjos foram agentes da criação, pois a decisão final é exclusivamente de Yahweh (Is 6:8).

O ambiente cognitivo do Antigo Testamento incluía a ideia de uma assembleia de deuses tomando decisões. Na crença hebraica, Yahweh também tem uma assembleia, mas não para decidir com outros deuses; nela, Deus manifesta sua vontade. Quanto a este pano de fundo para o Salmo, de Claissé-Walford, Jacobson e Tanner (2014, p. 641, tradução nossa) afirmam:

O Salmo 82 coloca o leitor moderno em um mundo muito desconhecido. O pensamento moderno mantém uma teologia monoteísta, o que significa que há apenas um deus, e os deuses dos outros simplesmente não existem. O antigo Israel não tinha a mesma definição de monoteísmo. De fato, para eles não só existiam outros deuses, mas esses deuses eram ativos no mundo. Esse salmo nos dá uma janela sobre a reunião dos deuses, um lugar onde os deuses se reúnem para tomar decisões sobre o mundo. Esse conselho faz parte da mitologia antiga maior do Oriente Próximo e seria uma imagem familiar para os antigos israelitas.

Voltando nossa atenção especificamente para o Salmo 82, devemos pensar no cenário em que o Salmo foi escrito, se uma data mais antiga ou mais tardia na história de Israel. A dissertação de mestrado de Rogério Lima de Moura (2012) explica muito bem que o Salmo 82 é datado do VIII século a.C., possivelmente no norte de Israel, entre 760 e 725 a.C. Ele compartilha características linguísticas e temáticas com as críticas dos profetas Amós e Oseias, refletindo uma acusação contra práticas religiosas e sociais da época. O Salmo representa Elohim/Yahweh defendendo os negligenciados e condenando as falsas divindades¹.

Outro ponto importante para pensarmos no Salmo é analisar sua forma e estrutura. Daniel Estes (2019) informa que o Salmo 82 é singular em sua abordagem e formato, pois apresenta Deus falando diretamente, não com humanos, mas com seres que ele chama de “deuses”. Diferentemente da maioria dos salmos, que são discursos humanos a Deus, o Salmo 82 inicia com Deus diante da assembleia divina reprovando esses “deuses” e termina com uma oração para que Deus intervenha e julgue a terra.

Com essa explicação e considerando a data do Salmo, podemos concluir que o tema é a sentença de Deus sobre os deuses, que são condenados por suas injustiças sociais. O Salmo afirma: “Fazei justiça ao fraco e ao órfão, procedei retamente para com o aflito e o desamparado. Socorrei o fraco e o necessitado; tirai-os das mãos dos ímpios”. E quanto à conexão entre os seres celestiais e os responsáveis terrenos, Goldingay (2007, p. 559, tradução nossa) explica que semelhante ao Salmo 58, o Salmo 82

[...] também confronta os poderes celestiais e implicitamente os seres humanos poderosos que podem estar lá em adoração quando tal salmo é orado (que é explícito no Sl 58) e são indiretamente aconselhados a não continuar a contar com o conluio dos deuses com suas irregularidades.

Por fim, podemos concordar com Weiser, que também afirma sobre o tema do Salmo:

1 Rogério Lima de Moura (2012) defende essa datação e cenário levando em conta a linguagem profética do Salmo. Com isso ele compara o Salmo a Amós e Oseias, num contexto do reino do Norte. Ele conclui: “O cenário histórico do VIII século, portanto, favorece a nossa datação do Salmo 82 na região norte de Israel, provavelmente em ambiente periférico de culto entre meados de 760-725 a.C. Ao compararmos polêmicas dos profetas Amós e Oseias, suas linguagens de acusação contra a religião vigente e as condições sociais de suas épocas, enxergamos as mesmas características linguísticas de acusação no Salmo 82. As pessoas negligenciadas em Amós são as pessoas que Elohim/Yahweh está defendendo no concílio dos deuses. Esses deuses acusados por Oseias de falsas deidades estão condenadas à morte na assembleia dos deuses do Salmo 82” (Moura, 2012, p. 34).

O salmista tem a visão de que a tentativa de uma solução dualista para o problema da teodicéia não é a palavra final na busca pela justiça de Deus. Em princípio, a fé no Deus Único e em sua justiça permanece inabalável aqui. Com uma garantia profética, o salmista reconhece que a solução real e final do problema deve ser encontrada na reivindicação final da justiça de Deus. Ele fala dessa verdade na forma tradicional de uma cena da corte no céu (Weiser, 1962, p. 557, tradução nossa).

Como nosso foco é o primeiro verso do Salmo, analisemos o que alguns comentaristas falam sobre esse versículo:

O Salmo abre com uma imagem poderosa. Inspirado por uma visão, como o relato de Isaías de seu chamado no Templo de Jerusalém (Is 6) tendo sua origem na tradição de culto da teofania, o salmista concentra seus pensamentos em Yahweh e o visualiza enquanto se destaca no meio da assembleia de deuses no Céu para julgar seus súditos celestiais. O escopo abrangente dessa imagem já indica que uma questão de importância mundial está em jogo aqui. Os deuses, até então encarregados do cargo de juiz, agora estão diante do tribunal de Deus (Weiser, 1962, p. 558, tradução nossa).

A primeira premissa do salmo é que, como qualquer governante, Deus exerce autoridade no mundo por meio de assessores que participam da formulação de políticas e decisões no gabinete celestial onde Deus preside e que são responsáveis por implementá-las (Goldingay, 2007, p. 561, tradução nossa).

Os *ʾēlohîm* são anjos que servem como assessores de Deus para implementar suas políticas (cf. Deut 32:8-9). Como o soberano exaltado sobre esses seres menores (cf. Sl 86:8; 135:5; 138:1), Deus está de pé para pronunciar sua sentença judicial sobre eles (cf. Ps 76:9[10]; Isa 3:13). É claro que Deus não é uma entre muitas divindades, como nas religiões pagãs, mas ele é transcendente sobre tudo o que criou, incluindo os “deuses”. Nenhum ser criado, mesmo os anjos, está isento do governo de Deus, mesmo que eles possam tentar agir de forma autônoma ou em rebelião contra ele (Estes, 2019, p. 117, tradução nossa).

É evidente no Salmo 82 que Deus, como juiz, governa e anula toda a terra, porque o Criador está sempre no controle. Em linguagem que é antitética às concepções politeístas errôneas de AOP, o Salmo 82 separa a cortina para vislumbrar como Deus governa o mundo de maneiras que vão além do que os humanos podem perceber (cf. 1 Reis 22; 2 Reis 6; Jó 1-2; Zacarias 1; 3; Ef 6:12). Existem fatores fora do reino humano que podem causar injustiça dentro do reino humano, e o Senhor os derrotará. Assim, o Salmo 82 antecipa o NT, no qual Cristo triunfa sobre todos os governantes e autoridades no Céu e na Terra (Col 1:15-20; 2:15) (Estes, 2019, p. 120, tradução nossa).

O tribunal do Céu. Como no restante do antigo testamento, se emprega vividamente para o fato de Deus compartilhar Seus pensamentos com Seus servos; esta assembléia, no entanto, está presente para ser julgada, não para ser consultada. Quanto à ocasião, trata-se de uma “avaliação contínua”, dramatizada como cena única num tribunal, embora também de uma previsão do tempo do fim. Há repreensão e advertência, mas a sentença ainda está para ser executada (cf. 7-8) (Kidner, 1981, p. 324).

O versículo 1 serve como uma orientação ou uma abertura para a cena. Ele transfere o leitor para um espaço raramente visto pelos humanos. A assembleia de El é muitas vezes referida como o conselho divino. Este seria um tema mitológico familiar no antigo Oriente Próximo. El é um nome conhecido para o deus rei do panteão cananeu, e seus mitos são antes do êxodo. O Deus dos israelitas, o SENHOR, subsumiu este título como um epíteto, de modo que El se torna sinônimo de YHWH.⁹ A função de El era servir como criador, pai, rei e chefe do conselho dos deuses.¹⁰ Deus surge e julga os deuses como uma função do rei do conselho divino (deClaissé-Walford; Jacobson; Tanner, 2014, p. 643, tradução nossa).

Deus (Elohim) é retratado aqui como pronto para julgar. Ele “preside” (cf. Is 3:13; Am 7:7; 9:1) como o Grande Juiz. Deus reúne os “deuses” para julgamento na “assembleia de El” (Mt; Nvl, “a grande assembleia”). A assembleia de El é uma frase emprestada da mitologia cananeia, segundo a qual El, o chefe do panteão, reuniu os deuses em um conselho divino. Para Israel não há outro Deus além de Yahweh. Ele incorpora dentro de si todos os epítetos e poderes atribuídos às divindades pagãs. O Deus de Israel realiza um julgamento simulado para impressionar seu povo de que somente ele é Deus. Zimmerli expressou bem a superioridade do Deus de Israel com estas palavras: “Sempre que um hino fala daqueles outros poderes divinos, cuja existência não é de forma alguma negada em bases teóricas, só pode ser com referência Àquele que chamará suas ações para julgamento (Sl 82), ou no espírito de superioridade que zomba de sua impotência (Sl 115:4-8; 135:15-18).” (VanGemeren, 2008, p. 623, tradução nossa).

Todos os comentários anteriores concordam que o Salmo 82 apresenta Deus como o supremo juiz que se destaca no meio de uma assembleia celestial para julgar os “deuses” ou seres celestiais. Esses “deuses” são considerados assessores divinos responsáveis por implementar as políticas de Deus, mas agora estão sendo julgados por sua falha em exercer justiça. A imagem retratada é inspirada na tradição de teofanias, semelhante à visão de Isaías no templo. O Salmo 82 também sublinha a superioridade e transcendência de Yahweh sobre todas as outras divindades, enfatizando que, ao contrário das concepções politeístas, Deus é o único soberano e nenhum ser criado está isento de seu julgamento. O texto destaca a natureza contínua e escatológica do julgamento divino, em que Deus preside como o Grande Juiz e anula toda injustiça na Terra.

Um último ponto que devemos refletir é sobre a forma como este salmo foi recebido pela tradição judaica. Moysse e Menken (2004) informam que os tradutores da LXX² adaptaram o Salmo 82 de várias maneiras: alguns fizeram Deus julgar entre deuses menores, outros traduziram como Deus estando na assembleia divina, e alguns interpretaram “*elohim*” como “forte”. O salmo menciona “deuses” como “filhos do Altíssimo” em v. 6, levando a debates sobre sua identidade, com interpretações variando entre israelitas, anjos protetores de nações ou juízes.

Andreas J. Kostenberger (Beale; Carson, 2014, p. 583) afirma “[...] que a referência ao Salmo pode ser encontrada em 11Q13 II, 10-11³, em um contexto em que Melquisedeque liberta os filhos de Deus das mãos de Belial”. Kostenberger diz que, por isso, nesse documento o termo *elohim* é interpretado como referência a anjos maus, e não a juízes humanos ou Israel do AT, porém a tradição rabínica entende este salmo como dirigido a Israel ou parte da nação.

Quando olhamos para Cristo, vemos que ele usa o Salmo em João 10. Carson (2007), comentando João 10.34-36, em que o Salmo aparece sendo citado por Jesus, apresenta três posições quanto ao que seriam os deuses para Cristo naquele contexto. Em resumo, Carson mostra que Jesus usa o Salmo com o sentido de que o texto esteja falando de Israel no tempo em que recebeu a lei, ou seja, o argumento em João 10 seria: se homens podem ser chamados de deuses, não há problema em Cristo ser chamado de Deus. Carson (2007, p. 399) também apresenta outra posição:

Deus dirige-se a poderes angélicos que abusaram da autoridade que Ele lhes deu sobre as nações. Emerton afirma que a versão da LXX entendeu o salmo hebraico dessa forma, como também a versão síriaca. Fora algumas modificações bastante admiráveis, preserva-se a mesma linha de pensamento em um documento de Qumran (11 Melchizedek). João 10, portanto, pressupõe, como afirma Hebreus 1-2, que Jesus é superior a todos os seres angélicos. Se seres angélicos caídos podem ser chamados de ‘deuses’, quanto mais apropriada é a aplicação da palavra a Jesus. A dificuldade com essa linha de argumento é que o quarto evangelho não menciona anjos nem Melquisedeque. Além disso, o

2 Septuaginta.

3 11Q13 II, 10-11 refere-se a um trecho específico de um dos Manuscritos do Mar Morto, encontrados em Qumran. O número “11Q” indica que é o 11º conjunto de manuscritos encontrados na caverna Q, enquanto “13” refere-se ao número do manuscrito específico. Os números “II, 10-11” indicam a seção e os versículos do texto. Esse manuscrito, conhecido como “Regra da Comunidade”, contém normas e ensinamentos sobre a vida comunitária e as crenças do grupo que produziu esses textos.

cenário para a citação traça um forte contraste entre Deus e 'um simples homem' (v. 33), não Deus e anjos.

Ou seja, embora o tipo de assembleia e os seres referidos por Deus sejam discutidos na interpretação, os pontos relevantes são: (1) O Salmo na teologia judaica tem duas interpretações: alguns entendem que se refere a uma corte celestial, apoiada pelo contexto do Antigo Oriente, enquanto outros veem juízes ou homens terrenos. Ambas as interpretações mostram Deus no meio de seres (angélicos ou humanos), manifestando seu juízo e decretando sentença diante das injustiças; (2) Jesus conhecia o Salmo e o utilizou⁴.

ANÁLISE DE MATEUS 18.20

Este versículo é frequentemente interpretado isoladamente para reforçar a ideia da presença de Deus em cultos com poucas pessoas. No entanto, o contexto se refere ao julgamento de membros, não ao culto. Jesus não especificou quais erros levariam alguém a ser julgado pela comunidade; ele apenas disse que, se um irmão pecar, deve-se conversar com ele. O julgamento ocorrerá em caso de falta de arrependimento e recusa em ouvir os outros. Osborne (2010, p. 683, tradução nossa) nos informa sobre o contexto literário da passagem:

A ênfase nos relacionamentos em 18:1–14 concluiu com a centralidade de trazer ovelhas errantes de volta ao rebanho. Aqui o método de fazê-lo é descrito, ou seja, disciplina na comunidade. Em vv. 6–9, o foco estava no perigo de desviar os 'pequenos'. Agora nos voltamos para outro aspecto, ou seja, ofensas cometidas contra outros membros da comunidade. Versículos 10–14 centrados em restaurar aqueles que se desviaram, aqui em disciplinar aqueles que pecam.

A passagem apresenta três estágios para chegar a um veredicto. Se houver arrependimento em qualquer etapa, a restauração na comunidade ocorre. Nosso foco no artigo é analisar esse contexto de julgamento. Turner (2008, p. 433, tradução nossa) nos ajuda a entender a passagem mostrando que a unidade pode ser delineada da seguinte forma:

⁴ Sabemos que Jesus é Deus e conhece todas as coisas, o ponto é que se o Salmo estiver por trás de Mateus 18.20, não seria algo estranho aos ditos de Jesus.

- I. Três estágios da disciplina comunitária (18:15-17)
- II. A base teológica da disciplina comunitária (18:18-20)

Podemos afirmar que o versículo analisado é parte da base teológica da disciplina, sendo essencial para sua aplicação bíblica. Na disciplina bíblica, Deus guia a igreja nas decisões, e a comunidade deve abordar essas questões com oração profunda. Conforme Osborne (2010, p. 689, tradução nossa) afirma:

A mensagem clara da passagem é que a comunidade refletirá o veredito de Deus em todas essas decisões, e ambos os versículos 19 e 20 aplicam a teologia de oração ao processo. Portanto, o fato é que cada etapa do procedimento deve ser banhada em oração. A igreja tem enorme autoridade para perdoar e reter pecados (cf. João 20:23), mas não é um poder unilateral. Em vez disso, é obrigatório que, em todos os momentos, os líderes e membros pronunciem tais veredictos de joelhos em completa submissão a Deus.

Ou seja, o processo disciplinar ocorre na submissão à vontade e direção de Deus e “[...] durante o processo disciplinar, a igreja na Terra pode ter certeza de que o Pai celestial guiará e confirmará suas deliberações e orações” (Turner, 2008, p. 447, tradução nossa). Há dois ou três que se reúnem para tratar o disciplinado e enquanto eles tomam sua decisão, certamente enquanto estão em oração, Jesus quer que eles entendam que ele está com eles, e o “Pai Celestial” está orientando seu veredito (Osborne, 2010, p. 688). Brown e Roberts (2018, p. 171) também concordam ao afirmarem “[...] que na promessa relacionada de 18:19, Jesus indica que o que foi determinado através da decisão adequada ao testemunho de dois ou três (18:16; cf. Dt 19:15) recebe autorização divina”. Powell (2023, p. 208) também comenta o fato de a igreja receber autoridade divina: segundo o Evangelho de Mateus, a comunidade fala com autoridade divina: “O que você ligar na Terra será amarrado no Céu, e tudo o que você perder na Terra será solto no Céu”.

Dessa forma, o texto nos lembra de Mt 1:23 e já traz a ideia da presença de Cristo com a igreja em 28:20. “Jesus também está associado à glória de Deus em Jo 1:14; Hb 1:3. A linguagem de 1 Co 5:4 também fala da presença de Jesus com uma comunidade reunida em seu nome para fins de disciplina” (Turner, 2008, p. 447, tradução nossa). Vemos que a alta cristologia de Mateus é clara.

Em conclusão, os comentaristas esclarecem que Mateus 18:18-20 se refere à igreja com autoridade divina no contexto de julgamento e disciplina, e não

de cultos. A passagem fornece a base teológica para a disciplina comunitária, destacando que a igreja deve decidir em oração e submissão a Deus. Eles concordam que o veredicto da igreja reflete a autoridade divina e que Jesus está presente, guiando e confirmando suas decisões. Essa interpretação sublinha a alta cristologia de Mateus, mostrando que a igreja age sob a direção de Cristo em seus processos disciplinares.

VERIFICANDO UM POSSÍVEL ECO DO SALMO 82 EM MATEUS 18.20

Ian Boxall (2018), no comentário *Matthew Through the Centuries*, apresenta algumas interpretações importantes no decorrer da história sobre Mateus 18.20, mas nenhuma delas trata sobre a presença de Deus⁵. Simonetti e Oden (2014, p. 80, tradução nossa), por sua vez, mostram que Pedro Crisólogo afirma sobre Mt 18.20:

Isso é o que o profeta acreditou e o que ele exulta por ter obtido quando afirma: 'Eu confessarei a você, ó Senhor, de todo o meu coração, no conselho e na congregação dos justos'. Um homem 'confessa de todo o coração' quando no concílio dos santos ouve que tudo o que pediu lhe será concedido.

Isso é importante para nossa pesquisa, afinal nos mostra que não somos os primeiros a vincular a passagem a um Salmo. Assim, o critério de verificação de um eco que analisa a história da interpretação, embora menos confiável, não contradiz nossa observação. Por isso, podemos seguir em frente e analisar os outros critérios que propomos de início no segundo tópico, que são disponibilidade, volume, recorrência e coerência temática.

5 Ele destaca que a promessa da presença de Cristo “onde dois ou três estão reunidos em meu nome” provoca considerável especulação ao longo da história da interpretação. A leitura original possivelmente alternativa de P. Oxy. 1.23-27 pode ter sido usada para defender a vida solitária cristã. Orígenes interpreta as palavras como a concordância de corpo, alma e espírito. Tertuliano afirma que três cristãos são suficientes para a igreja estar presente, mesmo sendo leigos. Cromácio de Aquileia vê essa passagem como uma reunião de irmãos e irmãs em oração e unidade, referenciando o Salmo 133:1 e os três homens na fornalha (Dan 3), e exclui os cismáticos. “O hino latino ‘ubi caritas est vera’ sublinha a necessidade de unidade na caridade para a presença divina. Inácio de Antioquia usa a passagem para enfatizar a importância da unidade em torno do bispo na Eucaristia. O Papa Celestino I e o Concílio de Calcedônia aplicam o versículo à autoridade de grandes conselhos de bispos. No século XVI, João Calvino desafia a ideia de que os conselhos não podem errar, argumentando que a promessa de Cristo se aplica apenas aos que se reúnem verdadeiramente em seu nome, em verdadeira piedade, fé e doutrina” (Boxall, 2018, p. 289-290, tradução nossa).

Conforme Beale (2013, p. 57), disponibilidade diz respeito a se o “[...] texto fonte devia ser acessível ao autor”. Além do que vimos que Jesus utilizou o Salmo 82, podemos ver que Mateus faz várias referências aos Salmos, como em 4:6, que remete ao Salmo 91:11-12, e em 21:9, que cita o Salmo 118:26. Em 21:16, ele alude ao Salmo 8:2, enquanto 21:42 se relaciona com o Salmo 118:22-23. Mateus 22:44 menciona o Salmo 110:1 e em 23:39 refere-se novamente ao Salmo 118:26. Por fim, em 27:46, há uma citação do Salmo 22:1.

Agora podemos analisar as repetições de palavras e verificar se há referências aos mesmos contextos imediatos nas duas passagens, o que é desafiador, pois as relações não são tão claras. Para isso, utilizaremos a NA28 (Arland *et al.*, 2012) comparando com a LXX:

Salmo 82.1 (LXX 81.2) (Rahlf’s; Hanhart, 2006): Ὁ θεὸς ἔστι ἐν συναγωγῇ θεῶν, ἐν μέσῳ δὲ θεοῦ διακρίνει.

Mateus 18.20 (NA28) (Arland *et al.*, 2012) οὗ γὰρ εἰσὶν δύο ἢ τρεῖς συνηγμένοι εἰς τὸ ἐμὸν ὄνομα, ἐκεῖ εἰμι ἐν μέσῳ αὐτῶν.

A palavra θεός, a primeira do Salmo, refere-se a Deus, entendida como YHWH. R.T. France (2015) afirma que “[...] a ‘presença divina’ em Mateus 18.20 é o próprio Jesus”. Assim, temos uma relação em que YHWH está presente na assembleia dos deuses, e Jesus representa essa presença divina na reunião de dois ou três. Quanto a συναγωγῇ e συνηγμένοι, embora não sejam palavras idênticas, são cognatas. O substantivo συναγωγῇ (synagōgē), derivado do verbo συνάγω (synagō), traduz o hebraico אֲסֵפְיָהּ e significa “assembleia” ou “reunião”. Por fim, ἐν μέσῳ aparece da mesma forma em ambos os textos. No Salmo, Deus (singular) está no meio de uma pluralidade (deuses que podem ser anjos ou juizes), enquanto em Mateus, Jesus está no meio de dois ou três discípulos.

Aqui temos uma singularidade: essas são as únicas passagens em que os termos aparecem em um contexto de julgamento, com a presença divina ἐν μέσῳ (no meio) de outros. Agora, podemos comparar ambos os contextos para verificar uma possível recorrência temática. Verlyn Verbrugge (2017) informa que Mateus frequentemente menciona reuniões de líderes religiosos e usa synagō para se referir à corte romana se reunindo no Pretório antes da crucificação. Ele também indica que as nações se reunirão no último julgamento e que o Messias reunirá o trigo em seu celeiro, com os ceifadores sendo anjos enviados pelo Filho do Homem. Essa informação nos mostra que Mateus usa

synagō em muitas ocasiões em que o contexto é julgamento e juízo⁶, o que reforça seu uso em Mateus 18.20, no qual o foco é um julgamento. A segunda informação é sobre o contexto de Mt 18.20:

Ekklēsia em Mt 18:17 deve ser entendido como o número daqueles que vivem e se encontram em um só lugar. Mateus está interessado em traçar os esboços de um pedido para a nova comunidade. Isso sugere que ekklēsia é usado aqui no sentido do AT de 'ēdā, sinagoga (Verbrugge, 2017, p. 545, tradução nossa).

Ou seja, no mesmo contexto da passagem que estamos analisando, vemos que aparece o termo igreja com o sentido da palavra hebraica que a LXX traduziu como συναγωγή que é o termo cognato de συνηγμένοι em Mt 18.20. Além disso, podemos ver uma relação temática entre os textos. O Salmo 82.3 convoca a garantir justiça para os fracos e órfãos, mantendo o direito dos necessitados e oprimidos. Em Mateus 18.10, Jesus adverte para não desprezar os pequeninos, ressaltando que seus anjos estão sempre diante de Deus. O Salmo critica as injustiças, e em Mateus 18.23-35, Jesus narra uma parábola em que um rei retribui injustiças, concluindo que assim também fará o Pai celestial se não houver perdão de coração.

Mateus 18.19 afirma que tudo o que se ligar na Terra será ligado no Céu, refletindo a conexão entre o celestial e o terreno. Em Salmo 82.8, a súplica para que Deus julgue a Terra destaca sua soberania sobre as nações. O evangelho de Mateus termina com a ordem de fazer discípulos de todas as nações, começando com a inclusão de quatro mulheres de origem estrangeira na genealogia de Jesus. Assim, o Deus das nações do Salmo também envia seu povo às nações no evangelho. Podemos concluir, à luz do que expomos, que um eco do Salmo 82 para o texto de Mateus 18.20 é possível. Há uma relação de palavras que possui uma singularidade no cânon e há uma concordância quanto aos temas de julgamento, justiça e a presença de Deus.

Alguns entendem que a passagem teria um eco da tradição rabínica, conforme Culpepper (2022), quem defende que os rabinos afirmaram que a Shekinah, a glória de Deus, está presente onde a lei é estudada, mesmo que haja apenas uma pessoa justa. Mateus faz uma reivindicação semelhante sobre a

⁶ Em Mt 2.4, a palavra aparece com os reunidos de Herodes informando sobre o nascimento de Jesus. Ainda que não seja um julgamento, o contexto é de uma tomada de decisão.

presença de Jesus após a ressurreição, afirmando que Ele está entre os fiéis reunidos “em meu nome”, um tema recorrente em seu evangelho. Não precisamos negar que possa ter esse eco da tradição em Mt 18.20, porém os que se reúnem em Mateus 18 não se reúnem para estudar a lei, mas se reúnem para tratar de um assunto de juízo. Por isso, o eco da presença de Jesus em semelhança à presença de Deus na assembleia dos deuses é mais coerente com a passagem.

IMPLICAÇÕES TEOLÓGICAS

Agora queremos mostrar qual a implicação do eco em Mateus 18.20 para uma teologia bíblica. Primeiro veja o que diz o *Dictionary of Jesus and the Gospels*:

Para Mateus, a igreja é tanto a continuação de Israel quanto uma resposta à sua rejeição de Jesus (Mt 27:11-26). A rejeição inclui a falha em produzir o fruto da expansão quantitativa (Mt 13:23) e as boas obras que ele espera (Mt 21:34, 41; cf. Mt 3:8), como é visto na parábola dos inquilinos ímpios (Mt 21:33-46), que conclui com Jesus dizendo: ‘O reino de Deus será tirado de você e dado a um povo que produz os frutos do reino’ (Mt 21:43). A transferência do reino ocorre após a morte e ressurreição de Jesus, pois esse é o foco da parábola (Mt 21:41-42). Os sinais apocalípticos de um terremoto (Mt 27:51; cf. Is 5:25; 1 En. 1:6;) e de Gentios confessando Jesus como Filho de Deus (Mt 27:54) também sugerem que a morte de Jesus teve significado escatológico e preparou para a missão da igreja aos gentios (Mt 28:16-20) (Green; Brown; Perrin, 2020, p. 140, tradução nossa).

A partir disso, e à luz do eco do Salmo 82, vemos que a igreja é a manifestação do reino de Deus, é a comunidade que continua ou substitui a missão de Israel, e nesta nova comunidade a presença divina leva a um cuidado com os oprimidos. Onde Israel falhou, a igreja deve, na presença de Jesus, não falhar e não cometer injustiças. A igreja é na Terra a realidade da assembleia divina (espiritual), ou seja, a igreja é na Terra uma manifestação da vontade de Deus, assim como Deus manifesta seu juízo na assembleia dos deuses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo que vimos, podemos concluir que Deus governa nos Céus e na Terra. O eco do Salmo 82 em Mateus 18.20 reafirma a realidade espiritual da igreja, assim como demonstra que o governo da igreja é de Deus. O mesmo Deus que preside no meio dos deuses preside no meio dos discípulos. A comunidade de discípulos não deixa de cometer injustiças simplesmente por ser melhor, a comunidade de discípulos abandona a injustiça em suas assembleias, pois há na igreja (ou deveria haver) o clamor do Salmo 82.8 “Levante, ó Deus, e julga”.

God rules in Heaven and on Earth: an analysis of Psalm 82 as the background of Matthew 18:20

Abstract

The aim of this article is to show that Matthew 18:20 may echo Psalm 82. To achieve this, we will define what an echo is, analyze the contexts of the texts (Ps 82 and Mt 18), verify criteria for validating an echo, and finally highlight the implications of this intertextual relationship. The conclusions suggest that the echo of Ps 82 in Mt 18:20 enhances the understanding of the church as a manifestation of God's presence. This study contributes to the literary research on intertextual relations in the Bible as well as to biblical theology.

Keywords

Echo. Divine assembly. Intertextuality.

REFERÊNCIAS

ARLAND, B. *et al.* *Nestle-Aland, Novum Testamentum Graece*. 28. ed. rev. Instituto de Pesquisa Textual do Novo Testamento. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2012. Disponível em: <https://www.die-bibel.de/bibel/LU17,NA28/MAT.18>. Acesso em: 25 set. 2024.

BEALE, G. K. *Manual do uso do antigo testamento no novo testamento: exegese e interpretação*. São Paulo: Vida Nova, 2013.

- BEALE, G. K.; CARSON, D. *O comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2014.
- BEETHAM, C. *Echoes of Scripture in the letter of Paul to the Colossians*. Leiden: Brill, 2008.
- BEETHAM, C. Quotation, allusion, and echo. In: BEALE, D. A. *et al. Dictionary of the New Testament use of the Old Testament*. Grand Rapids: Baker Academic, 2023. p. 684-692.
- BOXALL, I. *Matthew through the centuries*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2018.
- BROWN, J.; ROBERTS, K. *Matthew*. Grand Rapids: Eerdmans, 2018.
- CARSON, D. A. *O comentário de João*. São Paulo: Vida Nova, 2007.
- CARSON, D. A. *O comentário de Mateus*. São Paulo: Vida Nova, 2010.
- CULPEPPER, A. *Matthew*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2022.
- DECLAISSÉ-WALFORD, N.; JACOBSON, R.; TANNER, B. *The book of Psalms*. Grand Rapids: Eerdmans, 2014.
- ESTES, D. *Psalms 73-150*. Brentwood: Holman Bible Publishers, 2019.
- FRANCE, R. T. *Matthew*. Lisle: IVP, 2015. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/1470518>. Acesso em: 24 set. 2024.
- GOLDINGAY, J. *Psalms: volume 2*. Baker commentary on the Old Testament wisdom and Psalms. Grand Rapids: Baker Academic, 2007.
- GREEN, J.; BROWN J.; PERRIN, N. *Dictionary of Jesus and the gospels*. Downers Grove: IVP, 2020.
- HAYS, R.; STEFAN, A.; LEROY, H. *Reading the Bible intertextually*. Waco: Baylor University Press, 2011.
- KIDNER, D. *Salmos 73-150: introdução e comentário*. São Paulo: Vida Nova, 1981.
- MILLER, P. *Israelite religion and biblical theology*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 2000.
- MOURA, R. L. de. *O concílio dos deuses no Salmo 82 e na literatura ugarítica*. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), São Bernardo do Campo, 2012.
- MOYSE, S.; MENKEN, M. *The Psalms in the New Testament*. Edimburgo: T&T Clark, 2004.
- MOYSE, S. Intertextuality and Historical Approaches to the Use of Scripture in the New Testament. In: HAYS, R.; STEFAN, A.; LEROY, H. *Reading the Bible intertextually*. Waco: Baylor University Press, 2011. p. 23-32.

- OSBORNE, G. *Matthew*. Grand Rapids: Zondervan Academic, 2010.
- POWELL, M. *Matthew*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2023.
- RAHLFS, A.; HANHART, R. (ed). *Septuaginta*. 2. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2006. Disponível em: <https://www.die-bibel.de/bibel/LU17,LXX/PSA.81>. Acesso em: 25 set. 2024.
- SIMONETTI, M.; ODEN, T. *Ancient Christian commentary on Scripture*. Downers Grove: IVP Academic, 2014.
- TURNER, D. *Matthew*. Baker exegetical commentary on the New Testament. Grand Rapids: Baker Academic, 2008.
- VANGEMEREN, W. *Psalms: the expositor's Bible commentary*. Grand Rapids: Zondervan Academic, 2008.
- VERBRUGGE, V. *New international dictionary of New Testament Theology*. Grand Rapids: Zondervan Academic, 2017.
- WALTON, J. *Genesis*. Grand Rapids: Zondervan Academic, 2011.
- WALTON, J. *O pensamento do antigo Oriente Próximo e o Antigo Testamento: uma introdução ao mundo conceitual da Bíblia hebraica*. São Paulo: Vida Nova, 2021.
- WEISER, A. *Psalms*. Louisville: Westminster John Knox Press, 1962.